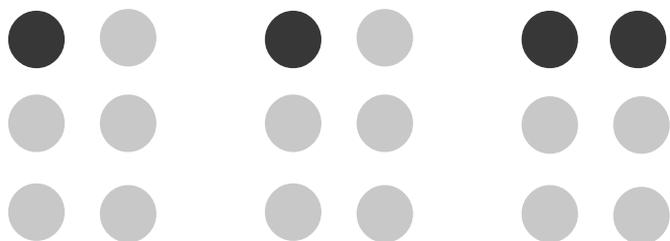


ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES CULTURAIS

Eduardo Cardoso
Jeniffer Cuty
Organizadores



ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES CULTURAIS

Eduardo Cardoso
Jeniffer Cuty
Organizadores

Os conteúdos e imagens de cada artigo são de inteira responsabilidade de seus autores. Todos os direitos são reservados aos mesmos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A174 Acessibilidade em ambientes culturais / Eduardo Cardoso, Jeniffer Cuty, Organizadores. - Porto Alegre : Marca Visual, 2012.

178 p. : il.

ISBN 978-85-61965-12-9

1. Acessibilidade. 2. Espaço cultural. 3. Patrimônio cultural. I. Cardoso, Eduardo. II. Cuty, Jeniffer. III. Título.

CDU 930.85

RECURSOS DE ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES CULTURAIS: CONTEXTUALIZAÇÃO E APLICAÇÕES

Eduardo Cardoso, Ms.

eduardo.cardoso@ufrgs.br

Arquiteto e Urbanista (Unisinos), Especialista em Tecnologia Computacional Aplicada ao Projeto (UFRGS), Mestre em Design (PGDESIGN/UFRGS), Professor lotado no Departamento de Design e Expressão Gráfica (FA/UFRGS), Coordenador do NDGA - Núcleo de Design Gráfico Ambiental (UFRGS) e pesquisador nas áreas de acessibilidade em ambientes culturais e acessibilidade em comunicação e informação.

INTRODUÇÃO

As exigências em ambientes culturais obrigam esses lugares a constantes atualizações. A diversidade do público desafia estas Instituições e seus profissionais a corresponder às suas expectativas e, antes de tudo, às suas necessidades. Assim, atendendo à pretensão de ser um ambiente acessível, aberto a todos os cidadãos, será indispensável a aplicação de recursos para acessibilidade física, de conteúdo e em sistemas de informação e comunicação.

Para Bins Ely *et al* (2005), pessoas com algum tipo de deficiência – sensorial, cognitiva, físico-motora ou múltipla – enfrentam diariamente dificuldades para obter informações, deslocar-se, comunicar-se e utilizar equipamentos públicos, ainda que tenham o direito à igualdade, sem nenhuma forma de discriminação, garantido pela Constituição Brasileira de 1988. Invariavelmente, um ambiente, quando bem desenvolvido deve atender a todo tipo de usuário. Desta forma, com-

PALAVRAS-CHAVE:
acessibilidade,
pessoas com defici-
ciência, ambientes
culturais.

preendendo a realidade de pessoas com deficiência, o profissional tem a oportunidade de visualizar as necessidades dos mais diversos tipos de usuários e assim tem um grande desafio pela frente ao projetar de acordo com os condicionantes legais, compreensão do espaço ao seu redor e de seu público enquanto desenvolve um projeto expográfico (BERGER, 2009). Desta forma, faz-se necessário esclarecer que este artigo considera principalmente a atuação do profissional na área de design de exposição, seja ele designer, arquiteto ou museólogo.

Dischinger e Bins Ely (2005) definem espaço acessível como aquele de fácil compreensão, que permite ao usuário comunicar-se, ir e vir e participar de todas as atividades que o local proporcione, sempre com autonomia, segurança e conforto, independente de suas habilidades e restrições.

Em 2000, foram promulgadas duas leis específicas (Nº 10.048 e Nº 10.098) que tratam da acessibilidade espacial das pessoas com deficiência, a fim de eliminar barreiras arquitetônicas e de atitude que impeçam, reduzam ou retardem a inclusão social. O Decreto nº 5296, de dezembro de 2004, elaborado para regulamentar essa lei, estabelece um prazo de 30 meses a partir de sua publicação, para que todos os edifícios públicos tenham boas condições de acessibilidade espacial. De acordo com estas leis, a Norma Brasileira de Acessibilidade - ABNT NBR 9050/2004 - torna-se obrigatória e seus parâmetros e critérios técnicos devem ser observados durante o projeto, a construção, a instalação e a adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Os resultados do Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que, aproximadamente, 24,6 milhões de pessoas apresentaram algum tipo de incapacidade ou deficiência. Estima-se que esse número, em 2009, tenha crescido para algo em torno de 26 milhões de pessoas. Isso representa 14,5% da população com alguma dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se ou alguma deficiência física ou intelectual.

Mesmo assim, a linguagem visual ainda é a forma de comunicação predominante nas estratégias de comunicação museológica, sejam elas exposições, publicações ou ações culturais. As pessoas com deficiência visual enfrentam dificuldades em usufruir destes espaços, assim como idosos e pessoas com deficiência intelectual. Atualmente, a maior parte dos profissionais de design de exposição afirmam que as pessoas com deficiência visual, entre outros, têm o direito de ter acesso a informação e ao patrimônio, mas ainda são escassas as iniciativas de inclusão nestes espaços. Essa questão também merece uma reflexão sobre a mudança de atitude da sociedade em relação às pessoas com deficiências.

Contextualização Histórica

Segundo Dallasta (2005), é importante ressaltar que a problemática da deficiência acompanha a humanidade através da sua evolução, uma vez que a circunstância de haver uma considerável parcela de pessoas com algum tipo de deficiência física não é uma situação recente. Pelo contrário, as inúmeras lutas, batalhas e guerras que norteavam as relações sociais geravam um incrível número de mutilados, pessoas com deficiência e com doenças crônicas.

Nesse contexto, a discriminação à pessoa com deficiência é um dos problemas sociais que acompanham os homens desde os primórdios da civilização. Conforme Dallasta (2005), na Roma Antiga, comportamentos discriminatórios eram visualizados na Lei das XII Tábuas, na parte que versava sobre o pátrio poder, onde o patriarca estava autorizado a matar os filhos nascidos defeituosos. Os Gregos, com seu profundo culto ao corpo perfeito e seu espírito altamente competitivo, defendiam a tese da “morte lenta” para os inválidos e idosos, pois entendiam que estas pessoas não tinham mais qualquer utilidade no meio social (FELTRIN, 1990). Segundo Santos (2009), mesmo em Roma, só a partir do século II foi proibida a seleção pelos paterfamilias – “pais de família”. Na Idade Média, a deficiência foi associada a eventos sobrenaturais diabólicos, cir-

cunståncia que conferia conotação extremamente negativa e humilhante às pessoas com deficiência. De acordo com Santos (2009), a deficiência era encarada como um mal proveniente da justiça divina. Para Alves (1992), as pessoas com deficiência eram considerados bruxos ou hereges e, conseqüentemente, eram mortos, ou então, eram usados como “bobos da corte”. A separação entre o que é considerado normal e o que se reporta ao sobrenatural só foi estabelecida a partir do século XVI.

Segundo Santos (2009), a carta de Diderot, 1749, representava a nova mentalidade social e cultural, na qual as deficiências começaram a ser encaradas como situações passíveis de tratamentos. Assim, o conceito de normalidade surge como um intento normalizador nomeando as deficiências em contraposição à normalidade (cegueira – visão; surdez – audição). A exclusão aumenta com o capitalismo industrial, uma vez que as pessoas com deficiência que trabalhavam na agricultura e pequenas manufaturas familiares vêm-se marginalizadas e excluídas da economia produtiva, onde o corpo adquire função mecânica e quem não adaptava-se às condições de produção seria, automaticamente, excluído – “uma máquina imperfeita” (SANTOS, 2009).

Ainda, para Dallasta (2005), não são recentes as violações dos direitos humanos que as pessoas com deficiência têm sido alvo, culminando no século XX, com a 2ª Guerra Mundial, quando, conforme dados veiculados pela revista *Veja* (2005, p. 134), estima-se que mais de três milhões de deficientes físicos tenham sido mortos de forma sistemática pelos nazistas. Foi essa tragédia, em nível mundial, que especialmente ensejou a realização da “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, em 1948, a fim de ser uma carta de princípios norteadores das relações sociais, bem como do relacionamento entre os diversos Estados, conjugando o valor da liberdade ao de igualdade. Por direitos humanos são entendidos aqueles direitos fundamentais que o homem possui por sua própria natureza humana e pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo

contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. Circunstância esta que fomentou uma incipiente mudança de mentalidade, observada principalmente na segunda metade do século XX e que ganha força à medida que ocorre um maior comprometimento social.

Ainda hoje existem civilizações que não conseguiram desmistificar a deficiência e encará-la de forma natural, tal como no Quênia e na Ilha de Bornéu, onde a deficiência continua a ser vista como um infortúnio divino. Atribuem, por exemplo, a cegueira de nascença à inexistência do espírito do olho, as pessoas com deficiência mental são consideradas “meio-humanas” e, no caso de demência, os sujeitos encontram-se temporariamente “desumanizados” por espíritos que invadem seus corpos (SANTOS, 2009).

Para Santos (2009), igualmente na literatura pode-se verificar uma tendência de ligar a deficiência a um mundo coberto de misticismo.

A população mundial é feita de diversidade, deixando de existir fronteiras populacionais e culturais e que, segundo Santos (2009), pode ser vista sob cinco diferentes perspectivas conforme o Quadro 01.

Diversidade	Identificação
Dimensional	Relaciona-se com aspectos quantitativos como a altura, peso, tamanho e largura dos membros, etc. É importante no sentido da criação de valores relacionados com produtos, serviços e meios físicos, para um restrito setor populacional. Para que se consiga abranger toda a população é necessário seguir os parâmetros do design universal. Por exemplo, desenhar portas suficientemente largas para cadeiras de rodas, permite, igualmente, a passagem de usuários sem cadeira de rodas, o inverso já não é possível.
Perceptiva	A perda dos sentidos, maximizada pelo grau, interfere com a forma de relacionamento com o meio físico.
Motora	Os problemas de mobilidade não estão restritos a pessoas em cadeiras de rodas, como comumente se pensa, desta forma, embora o meio físico universal seja pensado para usuários em cadeiras de rodas, é importante não esquecer que existem outros problemas decorrentes da falta de mobilidade e é, igualmente, importante não favorecer determinados grupos em detrimento de outros.
Cognitiva	As alterações cognitivas interferem na capacidade de recepção e processamento de informação. Dentro das alterações de natureza cognitiva incluem-se os distúrbios de memória, problemas de orientação espacial, dificuldades de recordar informação “básica” e falta de habilidade ou capacidade para falar, ler, escrever ou compreender as palavras.
Demográfica	O envelhecimento da população e o aumento da imigração são fatores determinantes da diversidade cultural e funcional.

Quadro 01:
Fatores determinantes para a diversidade humana.
Fonte: Santos, 2009.

Embora este tema da acessibilidade em museus e instituições patrimoniais possa parecer atual no país, já na década de 1980 a museóloga paulista Waldisa Rússio, diretora do extinto Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, concebeu a exposição “Percepção e Criação”, que abordava a atuação das pessoas com deficiências na economia brasileira. Consta de seu depoimento, que hoje se encontra no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, a seguinte passagem,: “A maioria das pessoas que trabalham em museu, todavia, parecia refratária à idéia de cegos frequentando tais estabelecimentos porque ‘museu foi feito para videntes’. O que é verdade, mas não toda a verdade”. (GUARNIERI, 1980, p. 4).

CONCEITOS GERAIS

Acessibilidade

Para Dischinger e Bins Ely (2005), o termo acessibilidade é bastante abrangente e não está apenas ligado a fatores físico-espaciais como distância, deslocamento, conforto, etc. A acessibilidade também envolve aspectos políticos, sociais e culturais.

Sabe-se que a acessibilidade está relacionada com a prática da inclusão, que se refere à possibilidade de participação das pessoas na sociedade em condições de igualdade e sem discriminação. Para tanto é necessário garantir total acesso aos mais variados locais e atividades, eliminando as diversas barreiras existentes que comprometem a participação de todos. Conforme as autoras, quando se trata de pessoas com algum tipo de deficiência, estas barreiras se agravam, afetando suas condições de acesso aos lugares, a obtenção de informações e o próprio desempenho de atividades. A NBR 9050/2004 define acessibilidade como sendo a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário urbano e equipamentos.

Acessibilidade espacial

De acordo com Dischinger e Bins Ely (2005) quatro componentes são essenciais para a obtenção de boas condições de acessibilidade espacial: orientabilidade, deslocamento, comunicação e uso.

Orientabilidade é saber onde se está, e para onde ir, a partir das informações arquitetônicas e dos suportes informativos de forma autônoma. Deslocamento é ter condições ideais de movimento ao longo de percursos horizontais ou verticais e seus componentes. O deslocamento é garantido através da supressão de barreiras físicas, propiciando assim segurança, conforto e autonomia a todos os usuários. Comunicação é a possibilidade de obter boas condições de troca de informa-

ções, seja interpessoal, ou entre pessoas e equipamentos de tecnologia assistiva, permitindo o uso dos ambientes e equipamentos. O uso é dado pela possibilidade de participação do indivíduo nas atividades desejadas, sem que seja necessário um conhecimento prévio, e de forma autônoma, confortável e segura.

Santos (2009) destaca seis parâmetros para um meio físico acessível, conforme o quadro 02. Acatando estes indicadores será possível um acesso sem restrições e respeitador da diversidade humana.

Parâmetros	Ações
Respeitador	Deve respeitar a diversidade dos utilizadores. Ninguém deve sentir-se marginalizado e a todos deve ser facilitado o acesso.
Seguro	Deve ser isento de riscos para todos os utilizadores. Assim, todos os elementos que integram o meio físico devem ser dotados de segurança.
Saudável	Não deve constituir-se, em si, em um risco para a saúde.
Funcional	Deve ser desenhado e concebido de tal modo que funcione de forma a atingir os fins para que foi criado, sem problemas ou dificuldades.
Compreensível	Todos os utilizadores devem saber orientar-se sem dificuldade num dado espaço e, assim, é fundamental uma informação clara. A disposição dos espaços deve ser coerente e funcional.
Estético	O resultado deve ser esteticamente agradável.

Quadro 02: Parâmetros para um meio físico acessível. Fonte: Santos, 2009.

Museus e Acessibilidade

Para compreensão do campo de estudo em que se insere esta pesquisa serão expostos conceitos de museu, bem como sua contextualização nacional, como caracterização de um dos ambientes culturais em maior número, mais conhecido e visitado.

Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e instituições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. (IBRAM, 2010)

Segundo definição do Departamento de Museus e Centros Culturais - IPHAN/MinC:

O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;

II - a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;

III - a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;

IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;

V - a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;

VI - a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais. Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas. (IPHAN/MinC, 2005)

O ICOM (Comitê Internacional de Museus) apresenta uma definição elaborada em 1956, que diz que “museu é um esta-

belecimento de caráter permanente, com a finalidade de conservar, estudar e valorizar os elementos de valor cultural, sejam eles objetos artísticos, históricos, científicos, técnicos ou biológicos”. Em 6 de julho de 2001, na 20ª Assembléia Geral, realizada em Barcelona, Espanha esta definição foi atualizada e diz o seguinte:

Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade. (IBRAM, 2010)

Segundo Santos (2009), tal Instituição permite:

- Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos;
- Facultar o acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

Tal definição não difere da dita pelo ICOM, na qual o museu encontra-se a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, assim, encontra-se a serviço da proteção e conservação do patrimônio mas, também, do público, ou seja, toda e qualquer pessoa, com ou sem deficiência. Santos (2009) destaca que além disto, os museus devem adquirir, conservar, investigar, comunicar e expôr a evidência material do Homem e do que o rodeia, com o objetivo de estudar, educar e divertir. Desta forma, a caracterização dos museus deste século, qualificam-no como um espaço cultural para um público cada vez mais heterogêneo e exigente.

O estudo “Museus em Números” (IBRAM-MinC, 2011), revela que o Brasil já tem mais de 3 mil museus. O resultado deste “censo museológico” revela que o Brasil, que iniciou o século XX com 12 museus, já conta com 3.025 instituições museais mapeadas. Destas, 1.500 responderam à pesquisa. Dos 5.564 municípios brasileiros, 1.172 possuem pelo menos um

museu – uma taxa de 21,1%. A maior parte dos municípios deste universo (771) possui apenas um museu. As regiões Sudeste (1.151) e Sul (878) (Figura 01) detêm a maior quantidade de instituições, sendo seguidas por Nordeste (632), Centro-Oeste (218) e Norte (146), conforme a Figura 02 e 03.



Figura 01:
Cadastro Nacional de Museus - Mapa do Rio Grande do Sul. Fonte: IBRAM-MinC, 2011.

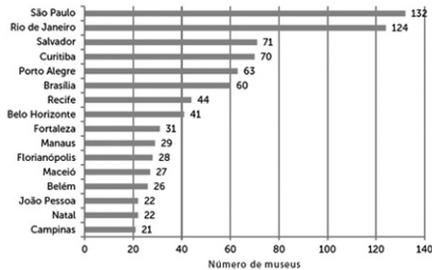


Figura 02:
Cidades com o maior número de museus. Fonte: IBRAM-MinC, 2011.



Figura 03:
 Dispersão geográfica dos museus no País, Brasil, 2010.
 Fonte: IBRAM-MinC, 2011.

Quanto à acessibilidade econômica, a pesquisa revela ainda que a maioria dos museus do Brasil (67,2%) é pública, sendo a maior parte deles administrada pela esfera municipal. Uma parcela ainda maior de museus (79,7%) - sejam eles públicos ou privados - não cobra ingresso pelo acesso aos acervos, atividades e serviços. Entre os museus que cobram entrada, mais da metade (50,3%) cobra taxa de até R\$ 2,00 (IBRAM-MinC, 2011).

Através do Figura 04 pode-se ver que a responsabilidade em promover acessibilidade às Instituições Culturais está em várias esferas, concentrando-se principalmente na esfera municipal.

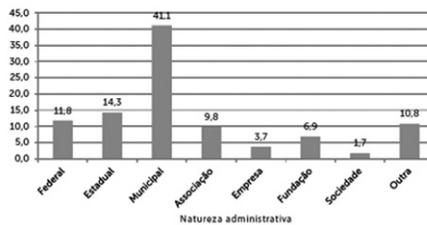


Figura 04:
 Porcentagem (%) de museus, segundo tipo de natureza administrativa.
 Fonte: IBRAM-MinC, 2011.

A Figura 05 ressalta a complexidade da tarefa de promover acessibilidade de acordo com a diversidade tipológica de acervo destas instituições.

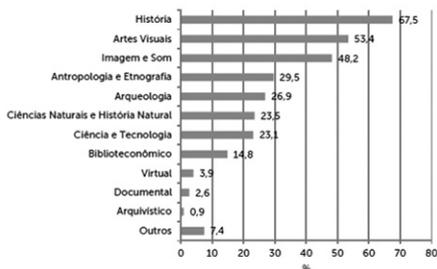


Figura 05:
Porcentagem (%)
de museus segundo
tipologia de acervo.
Fonte: IBRAM-
MinC, 2011.

A Figura 06 mostra a porcentagem de museus que possuem instalações destinadas a pessoas com deficiência.

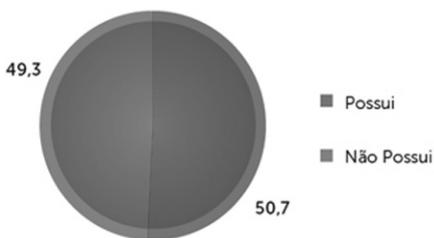


Figura 06:
Porcentagem (%)
de museus que pos-
suem instalações
destinadas a pesso-
as com deficiência.
Fonte: IBRAM-
MinC, 2011.

Por fim, as Figuras 07 e 08 mostram as instalações destinadas a pessoas com deficiência e realização de visitas guiadas, respectivamente.

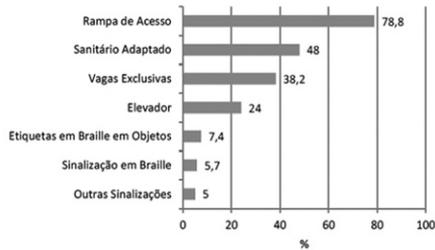


Figura 07: Porcentagem (%) de instalações destinadas a pessoas com deficiência presentes em museus. Fonte: IBRAM-MinC, 2011.

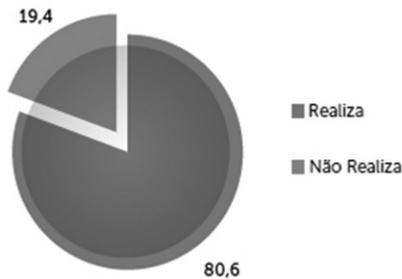


Figura 08: Porcentagem (%) de museus segundo realização de visitas guiadas. Fonte: IBRAM-MinC, 2011.

RECURSOS DE ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES CULTURAIS

Segundo Varine-Bohan (2000, *apud* SARRAF, 2006), cultura é “o conjunto de soluções encontradas por um homem e pelo grupo aos problemas que lhe são colocados por seu meio ambiente natural e social” (1987, p. 30). Os museus, desta forma, precisam encontrar as soluções adequadas para garantir que a relação museal “homem e objeto em um cenário” respeite a diversidade humana e seja cada dia mais democrática.

Como consequência da legislação vigente, muitos se avançou em busca da defesa dos direitos das pessoas com deficiência, mesmo que ainda tendo muito a se fazer. Muitos ambientes culturais encontram-se em edificações históricas com dificuldade de acesso, circulação e até mesmo adaptação para o uso acessível. Tais Instituições e, conseqüentemente,

as exposições nelas instaladas tornam-se impossíveis de oferecer uma experiência com igualdade de oportunidades para os mais diversos públicos. E, é com esta situação que os arquitetos, designers, museólogos e demais profissionais confrontam-se diariamente. E, deles, em conjunto com as Instituições e órgãos governamentais, é a responsabilidade de alterar este cenário, fazendo com que a acessibilidade seja contemplada na concepção de seus projetos, desde o começo desses museus e não como um apêndice, algo a ser feito posteriormente, como uma adaptação.

O bom design de exposição deve promover a inclusão através da união de espaços, entornos e conteúdos acessíveis a todos os visitantes, independente de suas capacidades e sem separar as pessoas com algum tipo de deficiência das demais. Segundo Hughes (2010), muitos são os sistemas criados no passado para ajudar as pessoas com deficiência, mas que ao fazer isto comprometiam sua experiência como visitante, criando separações “artificiais” que causam constrangimento e até mesmo insatisfação com a experiência vivida. Assim, os projetistas não devem tender a criar exposições especiais - “deficientes”, e sim exposições a que a maioria do público possa ter acesso, explorando para tanto diferentes meios como o uso de áudio, recursos táteis, língua de sinais, boa organização do espaço e mobiliário adequado, por exemplo. Muitas das iniciativas motivadas por contemplar acessibilidade beneficiam também ao resto do público por trabalhar com diferentes sentidos e formas de usufruir dos espaços e obras.

Muitos já são os exemplos de Instituições, tanto nacionalmente quanto internacionalmente, que desenvolvem práticas para tornar as exposições mais acessíveis. Um exemplo nacional é a Pinacoteca do Estado de São Paulo através de seu Programa de Acessibilidade e Ação Educativa Inclusiva em Museus. O PEPE – Programa Educativo Públicos Especiais, como é chamado, é um trabalho voltado para grupos especiais compostos por pessoas com deficiências sensoriais, físicas e mentais e também por grupos com e sem tais deficiências.

Viabilizado pela Visa do Brasil, tem como objetivo possibilitar a acessibilidade física e sensorial a espaços desse importante acervo artístico, oferecendo atendimento especializado de forma permanente. Visa assim, introduzir e ampliar o conhecimento e a percepção da arte e da produção artística brasileira do século XIX à atualidade, possibilitando e incentivando o pleno acesso.

Destinado a pessoas com e sem deficiência, como também a profissionais e estudantes de diferentes áreas de conhecimento, o PEPE conta com:

- Atendimento especializado por meio da estimulação da compreensão e fruição das obras de maneira multisensorial - tato, olfato, audição - tal como com a utilização de maquetes visuais e táteis do edifício da Pinacoteca (Figuras 09a e 09b) e seus arredores; reproduções de obras bidimensionais e tridimensionais feitas em resina acrílica e borracha texturizada (Figura 10); recursos sonoros relativos às obras, além de objetos e jogos tridimensionais baseados nas obras originais selecionadas;



Figura 09a:
Maquete tátil do
entorno da Pinacoteca de São Paulo.
Fonte: PEPE, 2010.

Figura 09b:
Maquete tátil
da edificação da
Pinacoteca de São
Paulo. Fonte:
PEPE, 2010.



Figura 10:
Maquete tátil e ma-
triz tátil da obra de
Tarsila do Amaral.
Fonte: PEPE, 2010.



- Visitas orientadas são realizadas acompanhadas por educadores especializados com base na seleção de obras do acervo, incluindo esculturas, objetos e pinturas, acessíveis por meio de toque orientado e/ou recursos multissensoriais e lúdicos, estabelecendo percursos diferenciados para cada grupo;
- Galeria Tátil, com exposição concebida especialmente para visitação autônoma do público com deficiência visual (Figura 11) contendo uma seleção de doze esculturas originais do acervo do Museu. O Espaço expositivo tem mobiliário adequado (bases que possibilitam a aproximação do usuário de cadeira de rodas), piso podotátil, comunicação visual em dupla leitura e áudio guias (Figuras 12a e 12b);



Figura 11:
Galeria tátil da
Pinacote de São
Paulo. Fonte: PEPE,
2010.



Figura 12a:
Galeria tátil da
Pinacote de São
Paulo. Fonte: PEPE,
2010.

Figura 12b:
Galeria tátil da
Pinacote de São
Paulo. Fonte:
PEPE, 2010.



Para garantir a continuidade das atividades anteriores foi elaborado um catálogo adaptado e impresso em tinta e Braille. Foram selecionadas imagens de pinturas do acervo para impressão simultânea em tinta com linhas de contorno em relevo, acompanhadas por textos redigidos em linguagem objetiva, contemplando a vida e a obra dos artistas, além da descrição das obras. Também foi elaborado um impresso para a divulgação do programa. E ainda, um Guia para visitação do público surdo (PEPE, 2010).

Figura 13:
Material em dupla
leitura da Pinacote
de São Paulo. Fonte:
PEPE, 2010.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica e das técnicas de pesquisa exploratória foi possível identificar os diferentes recursos de acessibilidade empregados em ambientes culturais, como os apresentados no estudo de caso da Pinacoteca de São Paulo.

Considerando que o indivíduo possa estar ativo e integrado ao convívio social, utilizando os ambientes que necessita e deseja de forma autônoma e com igualdade de oportunidades, os requisitos dos usuários devem ser atendidos por meio dos requisitos de projeto no desenvolvimento de sistemas, produtos e ambientes com fins culturais. Desta forma, o presente trabalho contribui para que estes requisitos sejam identificados, assim como os recursos multisensoriais que podem ser empregados.

Conforme os exemplos vistos anteriormente, todas as medidas inclusivas devem ser bem planejadas, pois se não existe efeito no uso de etiquetas com informação em Braille se as escadas não possuírem corrimãos ou o ambiente não possuir sinalização tátil e vice versa. Assim, a melhor maneira de compreender a situação das pessoas com deficiência é colocar-se no lugar do usuário, em uma experiência pessoal e única. Ou seja, pesquisar e projetar não apenas para as pessoas com deficiência, mas sim com as pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A ÉTICA que nasceu do horror. Veja. São Paulo, n. 18, ano 38, p. 134-135, mai 2005.

ALVES, Rubens Valteciades. Deficiente Físico: novas dimensões de proteção ao trabalhador. São Paulo: LTr, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT - NBR 9050/2004; Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BERGER, Craig M. Wayfinding: designing and implementing graphic navigational systems. Inglaterra: Rotovision, 2009.

BINS ELY, V.H.M., OLIVEIRA, A.S.D.A. Acessibilidade em edifício de uso público: contribuição de projeto de extensão na elaboração de dissertação. Santa Catarina. In:

PROJETAR 2005 – II Seminário sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura, 2005.

BRASIL. Lei n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L10048.htm>>. Acesso em 04 set 2008.

BRASIL. Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L10098.htm>>. Acesso em 04 set 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 9 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2004.

BRASIL. Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento as pessoas que especifica e 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

DALLASTA, Viviane Ceolin. A situação das pessoas portadoras de deficiência física. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2005.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera H. M. Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos: Guia de avaliação e implementação de normas técnicas. Santa Catarina: Ministério Público do Estado, 2005.

FELTRIN, Beatriz Cecília Dias; LIZARAU, Elizabeth Pinto. Deficiência Física: desafios para o resgate da cidadania. Santa Maria: [s. ed.], 1990.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Depoimento como Coordenadora do Projeto Museu da Indústria e da Expo-

- sição Percepção e Criação. São Paulo: Arquivo IEBUSP, 1980.
- HUGHES, Philip. Diseño de Exposiciones. Promopress, 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso 5 mar 2009.
- IBRAM - Cadastro Nacional de Museus - IBRAM/MinC. Museu: O que é museu? Disponível em <<http://www1.museus.gov.br/ibram/pag/oquemuseu.asp>>. Acesso em 11 Junho 2010.
- IBRAM - Cadastro Nacional de Museus - IBRAM/MinC. Museus em números. Disponível em <http://www.museus.gov.br/IBRAM/doc/museus_numeros.pdf>. Acesso 11 fev 2011.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio. Disponível em <<portal.iphan.gov.br>>. Acesso 11 jun 2010.
- Organização Mundial de Saúde (OMS). Disponível em <http://portal.mj.gov.br/corde/normas_abnt.asp>. Acesso 10 mar 2010.
- PEPE – Programa Educativo Públicos Especiais – Pinacoteca de São Paulo. Disponível em: <<http://www.arteinclusao.com.br/projetos/pinacoteca/recursos/recursos.htm>>. Acessado 06 jun 2010.
- SANTOS, Sónia Maria Almeida. Acessibilidade em Museus. Dissertação de Mestrado - Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.
- SARRAF, Viviane Panelli. A inclusão dos deficientes visuais nos museus. MUSAS-IPHAN-MinC, 2 ed., 2006.